



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 053

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 107ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE MAIO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Política discriminatória que estaria havendo por parte do Governo Federal, com relação à Amazônia.

DEPUTADO BRABO DE CARVALHO — Estado precário da Rodovia Belém—Brasília.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Considerações sobre o discurso pronunciado pelo Sr. Jorge Arbage, na presente sessão.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Apelo em favor da conservação das Rodovias Belém — Brasília e Pará—Maranhão. Artigo de autoria do Sr. Lúcio Flávio Pinto, intitulado o "sentido da política".

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Papel relevante da microempresa no combate ao desemprego.

DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA — Defesa da manutenção do FINOR.

DEPUTADO JOSÉ FERNANDES, como Líder — Importância da indicação de um representante da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil para integrar a comissão que estudará a reformulação do novo estatuto da classe.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Djalma Falcão e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 108ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE MAIO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Necessidade de as agências do INPS em todo o País rea-

lizarem um levantamento e procederem à inscrição de todas as dívidas contraídas com o Instituto.

DEPUTADO SEBASTIÃO NERY — Homenagem de pesar pelo falecimento do jurista Heleno Fragoso.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Posse do Dr. Gilberto Dupas na Presidência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

DEPUTADO MANUEL VIANA — Necrológico da Sra. Albanisa Rocha Sarasate.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Djalma Falcão e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Raymundo Asfora, proferido na Sessão conjunta de 14-5-85.

Ata da 107ª Sessão Conjunta, em 20 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha —

Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolfo Bittencourt — PMDB.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Jonathan Nunes — PFL; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Jorge — PFL; Josias Leite — PDS; Miguel Atraves — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Amaral Netto — PDS; Celso Peçanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Mário Juruna — PDT; Saramago Pinheiro — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Osvaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB; Dario Tavares — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo Neves — PDT; Osvaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Paulo Melro — PFL; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irájá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 39 Srs. Senadores e 165 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A política discriminatória que o Governo Federal tem imposto à região amazônica, com a preterição, diga-se, ostensiva dos seus problemas, para sanear as dificuldades do Nordeste, já se mostra intolerável e acima do limite do senso.

Por que apenas o Nordeste? Esta indagação não comporta tergiversações que deixem dúvidas na opinião pública do país. O governo federal precisa, antes de tu-

do, compreender que o subdesenvolvimento, a miséria e a pobreza não são problemas confinados às fronteiras do Nordeste. Maiores que todos eles, em função da extensa e também complexa área territorial, podemos indicar aqueles que desafiam, secularmente, a força potencial do homem amazônica.

No entanto, a visão governamental está bitolada em forma e dimensão para enxergar apenas as agruras do povo nordestino, enquanto esquece que na Amazônia existem milhões de brasileiros famintos, sem teto para morar, desprovidos dos mínimos recursos para exercitarem suas energias no campo, além de expostos aos riscos de todos os tipos de doenças endêmicas, da falta de assistência médico-hospitalar, de saneamento básico, de escolas, de estradas vicinais e, principalmente, da falta da presença do poder público que por lá perambula às vésperas das eleições.

Precisamos ressaltar, Sr. Presidente, que não condenamos a ajuda do Governo ao Nordeste. Ao contrário. O que profligamos são as discriminações. Não entendemos esse tipo de procedimento. O Brasil é uno, como também indivisível. Não há como admitir dois brasis... E é precisamente com base nesse princípio que cobramos do governo federal um tratamento mais humano para as populações espalhadas nos Estados e Territórios da Amazônia Legal.

O Nordeste tem problemas crônicos. Ora a estiagem, ora as enchentes. Porém, faça-se justiça: nos eventos desse porte, que ultimamente passaram a ser contínuos e permanentes, o governo não mediu esforços para bancar o preço das necessidades financeiras, chegando a extremos de sacrificar os planos de outras regiões, fazendo prioritários os subordinados à área da SUDENE.

Os mesmos problemas, Sr. Presidente, nós amazônidas também possuímos. Apenas não contamos com as mesmas doses de recursos que são canalizados para o Nordeste.

De outro lado, convém salientar que os gastos aplicados nos planos assistenciais do Nordeste evaporam-se, na sua parte maior, enquanto o retorno fica muito abaixo de qualquer previsão desejável. O mesmo fenômeno não ocorre com a Amazônia. As aplicações destinadas aos investimentos de caráter assistencial, a despeito de insignificantes, não são desperdiçadas e produzem resultados compensatórios em favor do Estado.

Para que se tenha a noção do nosso esforço, bastaria atentar para os índices superavitários que Estados como o Pará oferecem, anualmente, a nossa balança comercial, no peso das exportações. Sempre vendemos mais do que importamos.

Dados como estes devem subsidiar a política governamental, para convencê-lo de que não estamos de mãos estendidas para a caridade do Palácio do Planalto, mas postulando medidas justas, que nos venham embasadas no fator reciprocidade, eis que hoje não somos o pesadelo dos problemas para a Nação, e, sim, a fonte de onde a Nação extrai substância potencial para aliviar, como aliviado tem, os torpores da sua economia.

Em verdade, não pretendemos que o governo partilhe, conosco da Amazônia, os recursos que aloca para os nordestinos. O que desejamos é alertar o poder central para o realismo, até agora ignorado, de que a Amazônia também é Brasil.

Se a história fez da Amazônia e do Nordeste espécie de irmãos siameses, para que vivessem na união da dor causada pela fome, pela miséria e pelos castigos climáticos, como aceitar que o governo, induzido, ao que tudo indica, por uma política estrábica, pretenda discriminar sua ajuda, considerando o Nordeste filho legítimo da Nação e a Amazônia o incesto bastardo, se ambas descendem do mesmo ventre da mãe natureza?

O Presidente José Sarney, é bom que se diga descende de um Estado, cujas nádegas estão superposicionadas em áreas jurisdicionais da SUDENE e SUDAM. Assim, pode o Maranhão compreender e sentir, na sua verdadeira dimensão, o sintoma discriminatório que se insere no beneplácito governamental e que agora denunciemos, supondo que tais distorções possam ser corrigidas na medida do desejável, ou mesmo no limite do possível.

Se há, por parte do Governo, propósito de tornar viável um plano de ajuda coerente para atenuar, como se espera, as dificuldades que afligem as populações das regiões subdesenvolvidas, sepulte-se desde logo o mito de que apenas o Nordeste deva ser acudido pelo socorro fi-

nanceiro do governo federal. A Amazônia, com suas peculiaridades imprevisíveis, carece ser visualizada e protegida, para que não retorne às origens da promiscuidade, quando milhares de brasileiros pereceram vitimados pela malária e outras doenças tropicais, ao se arrojar em matas inóspitas em busca do extrativismo selvagem como a borracha, a castanha, a madeira e outros produtos cíclicos, que deram ao Brasil, em tempos não muito remotos, posições enobrecedoras entre outros países do mundo contemporâneo.

O Governo federal, Sr. Presidente, se desejar exprimir com grandeza a linha de ação da Nova República, precisa colocar a Amazônia no mapa geográfico, onde incidem os planos de ajuda com os quais se diz comprometido, no sentido de reduzir a fome e a miséria dos nossos compatriotas ainda sujeitos aos percalços do infame mistério subdesenvolvimentista.

De outro modo, o Governo federal estará procurando se desviar do rumo mais aconselhável e, sem que o perceba, estimulando o crescimento do nível de insatisfação entre as populações dispersas nos quase cinco milhões de quilômetros quadrados que envolvem a área da Hileia amazônica.

Disto ninguém melhor do que o Presidente José Sarney está consciente. S. Ex.^a é natural da região e não poucas vezes ergueu a voz para condenar o infame critério da discriminação que avilta o nosso sentimento de brasilidade.

Confiemos na elevada visão política do ilustre filho de Pinheiros, certos de que os laços tradicionais que unem a miséria do Nordeste com a pobreza da Amazônia serão fortalecidos em termos comuns, de modo que suas populações passem a ser tratadas como descendentes da mesma Pátria.

Tolerância, Sr. Presidente, por absoluta que seja, não vai além do limite do senso. Não postulamos privilégios, reclamamos igualdade de tratamento. Dê-se ao Nordeste tudo o que ele precisa para libertar-se das agruras que afligem o seu povo. E para nós, amazônidas, a mesma dose de sensibilidade nas franquias do poder central.

No dia em que faltarem vozes que reflitam as peculiaridades dos nossos problemas, o eco das rochas quebrará a monotonia da selva e com ele dirá ao governo da Nova República que somos ainda um pedaço vivo do Brasil.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brabo de Carvalho.

O SR. BRABO DE CARVALHO (PMDB — PA, Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Aproximadamente dois meses decorridos fizemos, nesta Casa, um pronunciamento, solicitando providências do Governo a respeito da rodovia Belém — Brasília. Recebíamos, na oportunidade, expediente da Associação Comercial do Pará e da classe empresarial paraense, através da Federação das Indústrias, reclamando e mostrando a necessidade da Belém — Brasília ser melhorada no seu tráfego, porque o seu leito, principalmente no trecho Imperatriz — Paragominas, estava em situação precária, quase impedindo que os caminhões e outros veículos de transporte rodoviários pudessem por ela trafegar. São decorridos dois meses e nenhuma resposta recebemos do Governo, através do Ministério dos Transportes, e acredito que nenhuma providência foi determinada ao departamento de Estrada de Rodagem.

Ontem, no programa da Globo, "Fantástico", a verdade era levada a todo o Brasil. A Globo mostrou alguns trechos da Belém-Brasília, principalmente o trecho por nós mencionado, e declarações de vários profissionais que trafegam por aquela região, ameaçando a paralisação total dos meios de comunicação rodoviária entre o Sul e Belém do Pará, o que será de uma gravidade absoluta, porque nem só ficaremos impedidos de exportar a matéria-prima que produzimos, como também de receber os produtos de consumo importantes, ao abastecimento de Belém e de todo o interior paraense.

Mais uma vez, Sr. Presidente, reclamamos essa providência, mas reclamamos para que ela seja tomada de maneira urgente, porque as declarações dos profissionais não deixaram dúvidas de que a Belém — Brasília ficará totalmente intransitável se o DNER não procurar oferecer as condições de tráfego necessárias para que os veícu-

los não sofram, não só o desgaste do tempo, como também os danos que foram denunciados.

Este é o nosso pronunciamento, na certeza de que o Sr. Ministro dos Transportes possa atendê-lo, dentro da maior brevidade possível.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélío Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS, Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Inaugurando uma série de pronunciamentos que estão sendo feitos nesta sessão matutina do Congresso Nacional, tivemos a satisfação de ouvir a palavra sempre es-correita e correta do ilustre Deputado Jorge Arbage, focalizando questões relacionadas com a alocação de recursos federais para a sua Região, a Amazônia.

Ao fazer o enfoque das providências governamentais adotadas agora, para enfrentar situações de emergência no Nordeste, S. Ex.^a expendia considerações ajuizando sobre a conveniência de evitar que ocorra, nesta nova conjuntura político-administrativa, uma discriminação regional preterindo-se a Amazônia, onde existem graves, profundos e crônicos problemas, em favor do Nordeste que tem sido, na expressão ajuizada de S. Ex.^a, rotineiramente aquinhado com providências oficiais para fazer aos flagelos a que tem estado sujeito pela inclemência do clima.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ao ouvir essas manifestações é oportuno trazer à tribuna algumas observações críticas, quanto ao agravamento das distorções regionais ao aprofundamento das desigualdades regionais em nosso País. E ao iniciar uma rápida enunciação desse diagnóstico é preciso também mencionar que, para fazer face a essas chamadas desigualdades regionais, em certa época, o Governo que tão entusiasmamente foi apoiado por S. Ex.^a, o Deputado Jorge Arbage, criou o Ministério do Interior com a finalidade de atuar na área da recomposição dos desequilíbrios regionais, de funcionar como um instrumento promotor da equalização desse desenvolvimento, eliminando bolsões de atraso sócio-econômico encrostados numa parte ou noutra do Território Nacional, com evidente perigo para o próprio fortalecimento do regime federativo. E o que vemos, passadas duas décadas de experiência administrativa nesse setor, sob a égide dos governos autoritários que decorreram durante esse período, foi o agravamento acelerado, a decomposição veloz de toda uma situação sócio-econômica. Porque o Ministério do Interior, a despeito de ter sido criado com esta finalidade, foi muito mal administrado pelos sucessivos Ministros que ali estiveram comandando a ação governamental nessa área, a exemplo da desastrosa atuação do Ministro Mário Andreazza que contribuiu, por certo, para que se patenteasse o resultado do agravamento dessas desigualdades e não da sua amenização ou quicá da sua eliminação.

A verdade é que economistas gaúchos, por exemplo, ao celebrarem o 25º aniversário da edição da lei que regulamentou o exercício da profissão dos economistas, no ano de 1981, mediante um amplo estudo denunciaram o quatro grandes fatores responsáveis pela situação crítica em que nos encontramos: o alastramento da pobreza; a urbanização desenfreada; a exploração predatória dos recursos naturais e, por fim as desigualdades regionais. Depois de longo período de execução de uma política que tinha como razão eliminar tais desigualdades, o saldo foi exatamente o contrário, numa demonstração de que a política então adotada ou as distorções nela embutidas foram responsáveis pelo agravamento da situação e não pela sua eliminação.

Devo dizer, em resposta ao Deputado que falou reclamando maior atenção para a Amazônia e queixando-se da demasiada atenção com que se atende o Nordeste, que uma das obrigações fundamentais da Nova República é exatamente enfrentar a questão dos desequilíbrios regionais e ao enfrentá-la adotar uma política firme e inflexível que, refratária a quaisquer injunções político-partidárias mas firmemente enquadrada dentro da ótica do interesse nacional, possa contribuir para eliminar essas distorções e favorecer, por este modo, o fortalecimento efetivo da federação, eliminando esta situação contrastante de dois brasis que convivem em permanente conflito entre si.

Estas as manifestações, dizendo a S. Ex^a que ainda há de ver, no decurso da ação governamental, agora na Nova República, providências efetivas no sentido de iniciar a recuperação desse estado caótico em que ficou a questão relacionada com o trato das desigualdades regionais em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Apesar das explicações que foram dadas pelo ilustre Deputado Lélho Souza, pela liderança do PMDB, nós também, como integrantes da Bancada Federal do Estado do Pará, queremos endossar plenamente o pronunciamento do Deputado Brabo de Carvalho, com relação à rodovia Belém — Brasília, conforme foi mostrado ontem pela reportagem da TV Liberal, de Belém do Pará, através do programa Fantástico da TV Globo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós vamos mais adiante, afirmando que não é somente a Belém — Brasília que está em péssimas condições de tráfego. A rodovia Pará-Maranhão já está interrompida, causando grandes prejuízos à economia dos dois Estados.

Nós pedimos, portanto, através desta tribuna, as providências de parte do Ministério dos Transportes e fazendo um apelo até ao próprio Presidente da República, Dr. José Sarney, que é maranhense, no sentido de que possibilite o restabelecimento imediato do tráfego da rodovia Pará — Maranhão.

E a seguir peço a V. Ex^a que considere como lido um artigo que eu desejo reproduzir nos Anais da Casa, do jornalista Lúcio Flávio Pinto do Jornal *O Liberal* de ontem.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas).

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OSVALDO MELO)

“Lúcio Flávio Pinto

O SENTIDO DA POLÍTICA

Se quisesse, o Governador Jader Barbalho poderia obter o apoio de muitos segmentos da sociedade brasileira — e não apenas da paraense — para respaldar a indicação de Armando Mendes para a Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás. Diz, até, uma das versões correntes sobre o surgimento do nome, que ele foi mencionado originalmente pelo Ministro do Planejamento, João Sayad, colega de atividades acadêmicas do criador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. O Governador só teria aderido em seguir, pois teria outro nome a apresentar.

Ainda que esta versão não corresponda à verdade (nada há de concreto para confirmá-la) e o Governador, de fato, seja o responsável pelo lançamento de Armando Mendes, se quisesse de fato exercer pressão mais sólida, Jader poderia mobilizar muita gente. No confronto de currículo e de respaldo entre o economista paraense e o candidato do Presidente José Sarney ao cargo, Armando leva nítida vantagem. Sua preterição só teria uma justificativa: a política. Mas ela seria soterrada por um apoio tão volumoso que arrefeceria qualquer intenção contrária do Palácio do Planalto.

Até agora, a única manifestação pública em favor de Armando Mendes, além das gestões de bastidores do Governador, foi a do Senador Hélio Gueiros. Ou ele e Jader estão certos de poder reverter a tendência favorável ao chefe do escritório do Grande Carajás em São Luís (assim monopolizando os méritos da vitória), ou vão cometer um erro de perspectiva.

Argumentar com o fato de que, dos três secretários-executivos nomeados até agora, dois foram paraenses, não justifica uma reserva de domínio. Os maranhenses poderão retrucar com os resultados desses dois mandatos. Oziel Cardoso, pelo menos, tinha traquejo no setor. Já o suplente de Senador João Menezes revelou-se um completo estranho no ninho. O mínimo que se pode dizer de sua gestão é que não chegou realmente a descobrir o que a secretaria executiva representava. Com isso, os

maranhenses podem sentir-se com plenos direitos para tentar a sua vez.

O bom filho não pode ser explorado por esse estreito enfoque regionalista, do qual paraenses e maranhenses não têm conseguido escapar sempre que tratam de Carajás. O que os paraenses não podem aceitar é a marginalização de um programa destinado à extração de riquezas minerais localizadas em seu território. Se para o Maranhão não deve ficar apenas o apito do trem, aos paraenses não pode ser legada como herança uma sucessão de grandes buracos.

Não é um maranhense qualquer ou um paraense qualquer que devem ser indicados, segundo um suspeito do direito territorial, mas alguém dos dois Estados credenciados — por seus atributos pessoais e pelo reconhecimento público e notório dessas qualidades, transcendente a divisas estaduais — capaz de defender legitimamente os interesses maiores da região e do País em relação a um programa que não pode ser apenas a base de lançamento de riquezas.

Conferir o valor do indicado deveria ser mais importante do que as credenciais do avalista. Determinado nome pode ser de grande importância para o esquema de quem o patrocina, mas não para o exercício do cargo. Quando há conciliação entre essas situações o resultado é bom. Mas a regra não tem sido esta: muitos dos ocupantes de cargos públicos só conseguem a nomeação em troca de um pacto partidário ou mesmo pessoal. Isto é fazer política, mas não a política que se esperava de uma República que prometia novidades.

Justamente no momento em que se tenta retomar o primado da política como elemento de regulação na vida nacional, a opinião pública é novamente levada a pensar na escolha de técnicos como forma de prevenir os males inerentes ao processo de escolha política para a formação da administração pública. O político é visto não como aquela pessoa capaz de liderar e organizar um projeto destinado a atender compromissos estabelecidos em praças públicas, mas como o integrante tão-somente de um grupo de interesses, às vezes restrito ao seu, pessoal.

Este jogo pode comprometer o sucesso da administração, porque torna cada preenchimento de cargo um movimento a mais na batalha política. É o que está ocorrendo em relação à escolha do ex-Governador Alacid Nunes para o Conselho Consultivo da Companhia Vale do Rio Doce. Sua indicação quebra o monolítico monopólio de indicações que o Governador vinha exercendo, abrindo uma brecha saudável, capaz de reoxigenar um pouco um Estado já cansado das unanimidades convenientes, para usar a expressão de Mário de Andrade.

Mas o ex-Governador está sendo colocado em um posto, que não costuma ser apenas decorativo, com que missão? A de viabilizar o PFL no Pará ou, independentemente do alcance desse objetivo, vai cumprir uma delegação administrativa em nome do Pará? A política é uma consequência da administração: se proveitosa, ela gera rendimentos socialmente válidos e politicamente rentáveis. Mas, outra coisa é reduzir a administração à política, sobretudo na dimensão mesquinha que se costuma praticar por aqui.

A CRVD tem sido uma empresa apolítica, segundo uma ótica partidária. Ao mesmo tempo, encastelou-se em sua competência técnica de maior negociadora de ferro do planeta. Esta obtusidade foi superada por forte pressão externa e pela sensibilidade interna de algumas das cabeças da empresa. Mas seria desastroso, para a companhia e para o público, transformar essa abertura ao público em militância partidária.”

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: fala-se que o Governo Federal pretende rever, através de uma comissão constituída especialmente para este fim, os incentivos fiscais. E nós, do Nordeste, e V. Ex^a bem o sabe, como representantes de

um Estado nordestino nesta Casa, sempre temos receio quando vão fazer esses estudos de natureza global, abrangentes, porque geralmente vêm em detrimento do Nordeste. Região mais pobre, mais fraca economicamente e que realmente precisa de um tratamento diferenciado para que possa melhor se desenvolver e superar essa distância que, a cada dia, mais se alarga entre os nossos irmãos nordestinos e aqueles do Centro Sul do Brasil.

Daí por que julguei da minha obrigação, neste momento, fazer a defesa prévia do FINOR — Fundo de Incentivo do Nordeste — obviamente sem excluir e sem deixar de reconhecer a necessidade de que se façam algumas adaptações que o próprio tempo mostrou necessárias na atual sistemática. Em defesa desse tipo de incentivo fiscal, alinhiei aqui alguns argumentos.

a) O primeiro, refere-se a quem mais se beneficia com Incentivos — incentivos de uma maneira geral. São Paulo com o Prêmio Crédito Exportação.

b) Em segundo lugar, — no caso do Nordeste, o Incentivo do FINOR não está ligado a subsídio a bens de consumo, mas é extremamente dinâmico: gera empregos, ICM; IPI; exportação; substituição de importações.

c) O FINOR, no momento é co-responsável pela implantação de quase 800 novos empreendimentos industriais, (confeções, têxteis, curtimento, cimento, petroquímica, ligas metálicas, produtos metalúrgicos, etc.) além de empreendimentos agroindustriais que dão sustentação e garantem mercado para os próprios perímetros de irrigação do Governo, empreendimentos de avicultura (frango de corte e ovos para alimentação de populações pobres), suinocultura, caprinocultura, pecuária de leite e de corte, de telecomunicações e de pesca, inclusive para exportação.

d) Centenas de empresários do Nordeste, com apoio nas leis vigentes, iniciaram novos empreendimentos e assumiram compromissos pesados com encomenda de máquinas, equipamentos e instalações, assinando títulos e firmando contratos até de médio prazo, fomentando os fornecedores do Centro-Sul, e até dando sustentação de empregos e tributos também fora da área. Para honrar tais compromissos, o FINOR é imprescindível.

e) Existem algumas imperfeições no FINOR, que facilmente podem ser corrigidas, vez que há um entrosamento entre BNB e SUDENE.

f) Seria de efeitos negativos inimagináveis para a economia da região a extinção do FINOR, rompendo um ciclo do dinamismo econômico da área, que vem mantendo índices de crescimento, graças ao FINOR.

g) O FINOR representa apenas 6% do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas arrecadado e nem serviria para consertar a economia e o déficit de 53 trilhões de cruzeiros.

h) A transformação pura e simples dos Incentivos das regiões pobres do Brasil — Amazônia e Nordeste — em tributos arrecadados para posterior entrega pelo Governo desses mesmos recursos sob forma de dotação orçamentária, o que parece é o que se pretende, retiraria da região a possibilidade de decidir sobre seu destino e além disso, correria o risco de simplesmente ser destinado a cobrir “deficit” da União.

i) O descrédito em que cairia todo o setor do Governo, que, durante anos vem tentando comprometer a iniciativa privada no desenvolvimento regional com novos investimentos, representaria um desestímulo forte, relegando só para o próprio Governo tarefa tão complexa.

j) Para o BNB, a extinção dos Incentivos representaria perda vultosa de recursos e, conseqüentemente, prejuízo para a economia regional, vez que o Banco do Nordeste movimenta a curto prazo os recursos dos Incentivos.

l) O incipiente mercado de Capitais da região sofreria rude golpe, no momento em que se reestruturarem as Bolsas regionais, incentivando a movimentação de poupanças para participação no capital das empresas, através do Mercado Aciônário.

m) Lideranças de Classes e Lideranças Políticas demonstrariam forte decepção diante de medidas dessa natureza, inclusive quando se anuncia o Nordeste como prioridade da Nova República, vez que do Nordeste não ocorreu nenhum escândalo financeiro, como são os casos inumeráveis que abalaram o conceito do Governo Coroa Brastel, SUNAMAM, DELFIN, Hales, Sulbrasi-

leiro, para ficar nos mais recentes), buscando-se nas regiões pobres — Nordeste e Amazônia — a espiação nacional dos crimes financeiros que aqui não foram cometidos.

n) A sustentação econômica das capitais do Nordeste e de suas grandes cidades se deve essencialmente à dinâmica que lhes é emprestada pelo sistema de Incentivos, com seus distritos industriais, com suas áreas industriais, racionalmente localizadas, evitando verdadeira explosão social, diante dos índices alarmantes de baixa renda e de desemprego.

o) Enfim, com a Nova República, além de nada ganhar o Nordeste perde seu único instrumento financeiro.

Daí, Sr. Presidente, o meu alerta, o meu protesto antecipado contra qualquer investida que venha a se fazer, sob protesto de dar novo ordenamento à economia nacional, e de que se ampute ou de qualquer maneira, se venha atingir esse sistema de incentivos fiscais que é fundamental para o Nordeste.

Vamos fazer as correções que se fizerem necessárias mas, de maneira nenhuma, atingir este instrumento de desenvolvimento que nós conquistamos a duras penas, e que já perdemos parte dele desviado para o FISET, que é o Sistema de Incentivos Fiscais da Pesca e do Reflorestamento. Então, nós todos temos que nos organizar e reagir contra qualquer investida nesse campo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fernandes, como Líder do PDS.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDS — AM. Pronuncia como Líder, o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Trago de parte do Partido Democrático Social, o PDS, uma notícia referente ao apelo que fez a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, com sede no Rio de Janeiro pedindo para aquela entidade de classe, indicar o representante para a comissão que procederá o estudo para elaboração do Novo Estatuto dos Funcionários Cíveis da União.

Sr. Presidente, venho a esta Sessão do Congresso Nacional, manifestar o inteiro apoio do Partido Democrático Social a esta pretensão dos associados da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil. Isto porque, em se tratando da elaboração de um Novo Estatuto dos Funcionários Cíveis da União é preciso que se considere o interesse também da classe que vai ser submetida a essas normas jurídicas que serão elaboradas e, agora, com as alterações evidente que a Nova República deseja fazer, em torno do seu funcionalismo. Então, seria de todo recomendável que não só o PDS, mas todos os partidos da Casa apoiassem a presença desse representante, para que a decisão de elaborar as normas ou o novo Estatuto dos

Funcionários Cíveis da União, não ficassem só na parte da representação do empregador, do Executivo Federal, no caso o DASP, ou qualquer um que represente dentro da composição da Comissão, o Governo Federal ou a União.

Então, manifesto aqui o interesse do PDS, para que se considere esse pedido e se viabilize a presença de um representante da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil na comissão que haverá de elaborar o novo Estatuto dos Funcionários Cíveis da União.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ FERNANDES EM SEU DISCURSO)

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES CÍVIS DO BRASIL

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1985

Ofício ASCB nº 091/85-PR

Exmº Sr.

Deputado Prisco Viana

M. D. Líder do PDS

Câmara dos Deputados Federais

Brasília — DF

Excelentíssimo Senhor,

Considerando ser a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil — ASCB, na forma do que preceitua o artigo 2º da Lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950, entidade máxima dos servidores cíveis federais, estaduais e municipais, com a prerrogativa de órgão de colaboração com o Estado, no estudo e na solução com os problemas ligados com a classe que representa, encarecemos de V. Exª a inclusão desta Entidade de Classe nos estudos que serão procedidos para elaboração do Novo Estatuto dos Funcionários Cíveis da União.

Consoante informações prestadas pelo Sr. Ministro de Administração, o novo Estatuto será elaborado pelo DASP e que, decerto, contará com a colaboração de representantes das associações de classe com o fim especial de melhor atender às diversas reivindicações dos servidores públicos.

Certos do elevado apreço de V. Exª às nossas reivindicações, aproveitamos o ensejo para apresentar protestos de elevada estima e consideração. — **Darcy Daniel de Deus**, Presidente da ASCB.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Proposta de Delegação Legislativa nº 1, de 1985, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Banco do Trabalho.

O Sr. Djalma Falcão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado Djalma Falcão.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No exercício de uma prerrogativa parlamentar, decidi obstruir as sessões do Congresso Nacional, até que um requerimento sobre a constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito seja votado, através do processo nominal, neste plenário.

Sr. Presidente, as normas regimentais na Câmara, no Senado e no Congresso privilegiam os colégios de líderes e são autênticos regulamentos disciplinares para os demais congressistas, que não têm condições, pelas peias que lhes impõe o Regimento, de se exercitarem na plenitude do seu mandato.

De sorte que, Sr. Presidente, não vou abrir mão desse direito que me confere o Regimento Comum, e quero mais uma vez afirmar a V. Exª que, enquanto as sessões do Congresso não contarem com aquele mínimo regimental de presença, elas não se realizarão, porque estarei sempre aqui para pedir o encerramento da sessão.

Veja V. Exª que para que a sessão do Congresso Nacional se realize há necessidade de um mínimo de 80 Srs. Deputados e de um mínimo de 11 Srs. Senadores. Hoje temos aqui, Sr. Presidente, e como sempre vem acontecendo, nada mais de 10 Deputados e como Senador apenas V. Exª, presidindo a sessão.

Sr. Presidente, é necessário que haja presença maciça dos Srs. parlamentares nas sessões das duas Casas e do Congresso Nacional, porque afinal, Sr. Presidente, estamos recebendo o dinheiro do contribuinte para, principalmente, comparecermos às sessões do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado e votarmos aquelas matérias que são relevantes para a vida social, econômica e política desta Nação.

De sorte que, reafirmando a minha disposição de permanentemente pedir a suspensão dos trabalhos do Congresso Nacional, sempre que não haja *quorum*, e até que seja dada uma resposta satisfatória ao requerimento que encaminhei à Mesa do Congresso Nacional, com base no art. 29, § 2º, do Regimento Comum, requeiro a V. Exª o encerramento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — É regimental o requerimento de V. Exª. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 32 minutos.)

Ata da 108ª Sessão Conjunta, em 20 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Jorge Bornhausen — Leônir Vargás — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolpho Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Françisco Erse — PFL; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Beilém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Araldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Jorge — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima —

PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB; Dario Tavares — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo Neves — PDT; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Paulo Melro — PFL; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Floriano Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 39 Srs. Senadores e 254 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O INPS apresenta — como toda a Nação sabe — um déficit hoje da ordem de 7 trilhões de cruzeiros. Este dinheiro desviado, esse dinheiro que foi surrupiado por uma meia dúzia de espertalhões, que se aproveitaram da anarquia, da desordem administrativa que acontecia no INPS, essa dívida está prejudicando todas as agências, todos os assegurados e beneficiários do INPS. É uma calamidade: agências sem recursos, sem atendimento, pacientes recebendo alta antes de completamente curados, tudo isso porque falta dinheiro no INPS. Mas constatamos que também não é assim tão difícil de obter-se recursos para dar uma solução a esse caso.

Estamos com as agências, em todo o Brasil, sem inscreverem as dívidas, sem fazer as inscrições das autuações. Então, estamos fugindo, porque, enquanto não se fizer a inscrição, começa a correr o prazo prescricional. O agente tem responsabilidade de ajuizar a ação. Mas, não fazendo a inscrição, não corre o prazo, e os devedores continuam na expectativa e, quando se vai ajuizar, já está prescrito.

Então, há uma necessidade urgente de se proceder a um levantamento em todo o País. São trilhões de cruzeiros perdidos, abandonados. São débitos de multas por atrasos, de toda a sorte, que não são cobrados.

Em São Paulo, a coisa assume uma proporção assustadora. Ninguém paga o INPS, a não ser o trabalhador que desconta na folha. Mas, de outras fontes, lá estão pilhas e mais pilhas de débitos de autuações que não são cobradas.

Então, é preciso, realmente, uma ação enérgica — a palavra tem que ser aplicada como ela o é: enérgica! — no sentido de ir buscar o dinheiro daqueles que estão transgredindo ou daqueles que devem ao Instituto e não pagam. O operário, com todo o seu sacrifício, com toda a sua luta, com toda a sua miséria, e até os autônomos, pagam corretamente o INPS; só não pagam os que estão autuados, aqueles que devem, aqueles que estão abusando até agora.

Fica aqui uma sugestão ao Sr. Ministro: que mande proceder à inscrição das dívidas que estão lá. E nós vamos ver o levantamento do montante violento, assustador, que existe em todas as agências do INPS. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Nery.

O SR. SEBASTIÃO NERY (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na história das nações há determinados instantes, determinadas etapas da vida nacional, em que alguns homens se fazem símbolo, honra e sinônimo de algumas lutas fundamentais, sobretudo quando as nações se levantam para resistir à opressão, às ditaduras, à violação da democracia e da liberdade.

Na República Velha, o símbolo, o sinônimo da advocacia brasileira, sobretudo no começo do século, contra o militarismo e pelo civismo, se chamou Rui Barbosa. Depois, na ditadura de 37, de Getúlio Vargas, Sobral Pinto foi símbolo, honra e sinônimo da advocacia brasileira, resistindo a todas as pressões, defendendo os perseguidos, os oprimidos. Agora, Sr. Presidente, nos 20 anos da ditadura militar, um advogado brasileiro, também da mesma forma como Rui e como Sobral Pinto, se fez sinônimo, se fez símbolo, se fez honra das lutas jurídicas nacionais, da resistência, como advogado, à opressão, à violação das liberdades e dos direitos humanos, à tortura, aos assassinatos da ditadura, Heleno Fragozo.

Morreu anteontem, no Rio de Janeiro, e foi enterrado ontem, o Professor Heleno Fragozo, o maior dos advogados brasileiros, o símbolo da democracia brasileira, nos 20 anos da ditadura.

Vice-Presidente da Comissão Internacional de Juristas; Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados; Perito da ONU, na América Latina, para Direitos Humanos; Professor nas universidades, como catedrático, do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Cândido

dido Mendes; Presidente do Instituto de Ciências Penais do Brasil, Heleno Fragoso deixou, tão jovem, morrendo aos 59 anos, toda uma lista de grandes advogados brasileiros como seus discípulos.

O último dos seus livros publicados se chama, exatamente, "A Advocacia da Liberdade". Foi o livro onde contou a luta que ele comandou ao lado de tantos outros grandes advogados brasileiros, como Evaristo de Moraes Filho, Jorge Tavares, Marcelo Cerqueira, Barcelos de Alencar e outros advogados que, naquela época, sob o comando de Heleno Fragoso, defenderam as liberdades, defenderam os perseguidos e, por causa disso, ele e alguns outros acabaram, como também os advogados Modesto da Silveira, Jorge Tavares e Evaristo de Moraes Filho, seqüestrados, violentados, torturados, porque assim a ditadura pensava que iria intimidá-los, amedrontá-los, para que eles não continuassem sendo, como está no livro de Heleno Frago, os Advogados da Liberdade.

Esse homem morreu, anteontem, ainda muito jovem, e é uma pena, pois, no instante em que a Nação se une para construir, numa Constituinte, uma grande e moderna Constituição, vai fazer muita falta Heleno Fragoso, que estava indicado para a Comissão de preparação do anteprojeto para a Constituição brasileira, indicado e convidado. Não estará aqui, mas seus livros, seu exemplo e sua lição ficarão. Esta Casa tem alguns ilustres parlamentares que foram por ele defendidos.

Eu me lembro, Sr. Presidente, Srs. congressistas, de uma sessão memorável do Superior Tribunal Militar, quando Heleno Fragoso defendeu e absolveu o Deputado Francisco Pinto. Lembro-me, também, no Superior Tribunal Militar, ele defendendo e libertando o grande editor brasileiro, Ênio da Silveira. Como, também, lembro-me de que ele defendeu e libertou o economista César Maia, que é hoje Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e tantos e tantos outros que por ele foram defendidos e que, ontem, estavam no seu enterro no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, perdoe-me se me alonguei no meu tempo, mas eu queria nesta Sessão do Congresso, em nome do povo do Rio de Janeiro, e em nome também da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, porque, embora não advogue, sou um humilde bacharel, com um diploma na gaveta, que muito me honra, em nome dos perseguidos, dos presos, dos clientes de Heleno Fragoso, deixar registrada, nas páginas dos Anais do Congresso Nacional, esta homenagem àquele que foi o maior dos advogados brasileiros na resistência da ditadura, e que ficará para sempre como símbolo, honra, sinônimo e lição de que a defesa da liberdade e da democracia é preciso ser feita e o será sempre por aqueles como Heleno Fragoso, que acreditam que o bem supremo do homem é a liberdade.

Quando Péricles convocava Atenas, para defendê-la na Guerra do Peloponeso, na guerra contra Esparta, Péricles dizia aos gregos:

"A felicidade é a liberdade e a liberdade é a coragem."

Heleno Fragoso foi isso, um advogado da coragem, da liberdade e da felicidade humana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. SEM revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desta tribuna, queremos prestar uma homenagem à figura do notável Dr. Gilberto Dupas, um profundo conhecedor de Finanças, Negócios, Administração e Economia.

O Governo Montoro, em reconhecimento ao trabalho e talento deste incansável personagem de nossa economia, convidou-o a assumir a Presidência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

Gilberto Dupas, além de professor bem sucedido, vinha exercendo a função de Vice-Presidente do BANESPA e, sendo detentor de brilhante currículo, adquiriu projeção nacional que o torna uma de nossas grandes personalidades.

Simultaneamente a um excepcional desempenho profissional, este homem de múltiplas atividades atua como:

— Conselheiro do COINCO — Conselho Estadual de Política Industrial, Comercial e Agroindustrial.

— Conselheiro da SEADE — Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

— Conselheiro da ADEP — Associação dos Dirigentes de Empresas Públicas — SP.

Destacamos ainda algumas de suas inúmeras atividades anteriores:

— Diretor Geral da Safra Seguradora S.A., Safra Comércio Exterior S.A. e Companhia Brasileira de Mineração.

— Membro do Conselho Superior da Associação Nacional das Entidades de Previdência Privada.

— Diretor do Sindicato das Empresas de Seguros do Estado de São Paulo.

— Diretor Presidente da Safron-Teijin S.A. Indústria Brasileira de Fibras.

— Diretor Superintendente do Banco de Investimentos, Financeira e Corretora do Grupo Andrade Arnaud.

— Superintendente do Grupo Safra.

— Diretor de Programação e Coordenação de Desenvolvimento Industrial do "Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia Taquari-Antas", envolvendo 50 municípios. Projeto contratado pelo Governo do Rio Grande do Sul/USAID/FINEP.

— Desempenhou, também, várias funções no Instituto de Planejamento Econômico-Social (IPEA) do então Ministério do Planejamento.

Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo — EPUSP, pós-graduado em Administração de Empresas, possui vários cursos avançados sobre Economia, Administração, Política e Finanças, tendo, também, louvável atuação como professor em cursos de graduação e pós-graduação nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

Destaco, no acervo de importantes contribuições, sua brilhante atuação como conferencista em vários Estados brasileiros, como também, sua constante colaboração na *Folha de S. Paulo* — Seção de Economia — além de diversos artigos sobre Economia e Sistema Bancário, publicados em periódicos como a *Gazeta Mercantil*, *Isto É*, *Jornal do Brasil* e *Balanço Financeiro*.

Ao encerrar esta homenagem, desejo registrar nos Anais desta Câmara a nomeação e investidura, na Presidência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, deste eminente homem público — Dr. Gilberto Dupas — e ao mesmo tempo parabenizar o Governo Montoro pelo reconhecimento de tão luminosa trajetória. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Manuel Viana.

O SR. MANUEL VIANA (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Queremos registrar e lamentar, nesta data, o falecimento da grande empresária cearense, Dona Albaniza Rocha Sarasate, Diretora Presidente da Rádio AM FM e do jornal *O Povo*.

Seu espírito combativo espelhava-se nas páginas de seu jornal, seu nome para todos os cearenses significa história, trabalho, dedicação e lealdade aos fatos verdadeiros que fizeram a história política do Ceará e a luta constante em prol de melhores dias.

Nesta data, o povo do Ceará chora a perda irreparável de uma das maiores expressões da cultura cearense. E, nós que tivemos o privilégio de conhecê-la, somos sabedores que Dona Albaniza Sarasate não desaparecerá, porque sua obra faz parte da história e ficará marcada para a eternidade na memória e no coração do povo cearense.

Hoje, a Bancada Cearense no Congresso Nacional presta esta homenagem ao registrar, consternada, o falecimento da grande líder da imprensa cearense, Dona Albaniza Sarasate.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste Plenário, destinada à apreciação dos Projeto de Lei nºs 4, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o limite de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica; e 5, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o limite de Cr\$ 654.700.00 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões e setecentos mil cruzeiros), para o fim que especifica; e à declaração de prejudicialidade de propostas de emenda à Constituição em virtude da aprovação da Proposta de nº 2, de 1984.

O Sr. Djalma Falcão — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Falcão.

O SR. DJALMA FALCÃO — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29, do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — É regimental o requerimento de V. Exª Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. RAYMUNDO ASFORA NA SESSÃO DE 14-5-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. RAYMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo da Nova República precisa não apenas conviver com as greves, mas viver as greves; no que esta expressão revele sua capacidade de absorção democrática dos conflitos sociais. Democracia é isso: a reivindicação e o seu atendimento se legitima, através do diálogo, da negociação e, se necessário, do movimento grevista.

O Sr. Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, vem dos sindicatos. Tem a consciência de que as classes obreiras, deste País, estão sofrendo, há mais de 20 anos, um arrocho salarial sem precedentes na história dos trabalhadores do Brasil.

A greve assusta por ser, talvez, a última opção dos encurralados. Mas é preciso compreender que ela é um instituto legal, limitada por lei. E os trabalhadores não têm extrapolado da disciplina e, sobretudo, da forma com que estão forçando a devolução do valor do suor e do seu sacrifício.

Temos, Sr. Presidente, que no fundo desta condenação das greves não haja um interesse oculto... O interesse de que o Governo ceda às classes produtoras para que passem para os preços o que venham a conceder às forças do trabalho. Presumo que, no fundo da condenação, haja esse interesse.

E preciso o Governo reagir, energicamente, a essa forma de escamoteação da economia popular. Não se pode tolerar que a cada concessão de aumento salarial corresponda uma disparada no custo de vida.

Precisamos ordenar a nossa economia no sentido de uma melhor distribuição dos frutos, da relação de capital e trabalho.

Não podemos admitir o primado das classes poderosas sobre a grande legião dos oprimidos. Isso não é Democracia. Antes, é a sua deformação utilitária; em favor de uma minoria privilegiada. (Muito bem!)

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00